



Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional

Ana Lucia S. Enne*

Este trabalho busca refletir sobre a relação entre memória, mídia e identidade social. Em primeiro lugar, apresentamos uma discussão sobre os conceitos de memória e identidade. Buscamos, assim, mostrar como ambas são constituídas por processos interativos e dinâmicos, práticas discursivas e estratégias narrativas. Por fim, relacionamos memória e identidade com o campo da mídia, entendida como uma agência fundamental nos processos de produção desses dois conceitos.

Palavras-chave: memória, identidade, mídia.

The present work tries to reflect on the relation between memory, media and social identity. At first, we present a debate on the concepts of memory and identity. Thus, we attempt to demonstrate the way both are constituted by interactive and dynamic processes, speech practices and narrative strategies. At last we relate memory and identity to the media field, understood as some basic agency in the processes of production of these two concepts.

Keywords: memory, identity, media.

Este trabajo desea reflejar la relación entre la memoria, los medios de comunicación y la identidad social. En primer lugar, presentamos una reflexión acerca de los conceptos de la memoria y de la identidad. Buscamos así demostrar que ambos son constituidos por procesos interactivos y dinámicos, prácticas discursivas y estrategias narrativas. Finalmente relacionamos memoria e identidad con el campo de los medios de comunicación entendidos como una agencia fundamental en los procesos de la producción de estos conceptos.

Palabras clave: memoria, identidad, medios de comunicación.

* Bolsista recém-doutora pelo PRODOC/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF).





Ana Lucia S. Enne

Introdução

Podemos tomar como ponto de partida para este artigo a afirmação já consensual de que existe uma intrínseca relação entre *memória* e a construção de *identidades*, que tem sido explorada por diversos autores. A proposta deste trabalho é refletir sobre essa relação, adicionando à reflexão algumas considerações sobre o papel da mídia neste processo, em especial o jornalismo impresso.

Memória: construção coletiva a partir de demandas do presente

Maurice Halbwachs (1990) contribuiu definitivamente com as Ciências Sociais ao propor o conceito de *memória coletiva* e ao definir os quadros sociais que compõem essa memória. Para o autor, não existe memória puramente individual, visto que todo indivíduo está interagindo e sofrendo a ação da sociedade, através de suas diversas agências e instituições sociais. A forte influência de E. Durkheim pode ser sentida na concepção da *memória coletiva* como aquela que é referendada pelo(s) grupo(s) com o(s) qual(is) se convive(m) e do(s) qual(is) extraímos nossas lembranças. É preciso não esquecer que as lembranças, ao contrário das referências históricas, pertencem ao e estão no indivíduo, mas isso não as torna únicas e individuais. Mesmo a lembrança aparentemente mais particular possui um caráter particularista, remetendo a um grupo, a um contexto de interação. Assim, Halbwachs empreende uma dupla apropriação: de um lado, utiliza a noção tão cara em Durkheim de que os *fatos sociais* (e a *memória* seria um deles), ao mesmo tempo em que podem ser encontrados na consciência individual, dela independem e se originam de uma consciência coletiva, que, ao estar em todos, não está em lugar nenhum, portanto, ao estudar a parte, estuda-se também o todo; de outro, percebe que, na interação e no significado comum que as lembranças têm para o grupo, é que se forma a memória coletiva, em uma referência direta aos preceitos weberianos. Como Ecléia Bosi demonstra, as colocações de Halbwachs são uma contraposição à visão de Bergson acerca da memória, sendo esta concebida como pertencente à esfera individual, em uma abordagem mais psicologizante (Bosi, 1987, p.15-17).¹

Para Halbwachs (1990), uma questão fundamental acerca da *memória coletiva*, enquanto fato social, seria a sua ancoragem para cada indivíduo.

¹ Sobre as concepções de Bergson acerca da memória, ver Bergson (1959).





Em que liames se apóiam os homens no presente para recuperarem o caminho de volta para o passado? Que elos se alojam entre passado e presente para que deles possamos ativar o que chamamos de memória? E não só liames e elos entre o passado e presente, mas entre as diversas concepções individuais acerca do passado. Para se ter *uma memória coletiva*, é preciso interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte do grupo identificado como proprietário daquela memória.

Se a *memória* pode ser pensada como uma apropriação do passado, pensada como uma fonte provedora de recursos para a construção de um futuro possível, então não deve ser pensada também como um embate de versões, em alguns pontos convergentes, em tantos outros conflitantes? Em sua participação na Conferência “A construção do tempo e os futuros possíveis”, realizada na Universidade Cândido Mendes em 2000, Kinhide Mushakoji utilizou a história de Rashomon como analogia para pensar a História. De um fato comum, três envolvidos criam versões diferentes, e cada uma corresponde a um valor estético, defende Mushakoji. Cada um elabora a versão mais bela, cujo propósito o deixa mais reconhecido publicamente em termos de valores comuns. As versões do passado, as diferentes abordagens históricas, as *memórias coletivas* que são acionadas pelos agentes sociais são reveladoras de preocupações encontradas no presente.

Arjun Appadurai (1981) demonstrou que o passado deve ser pensado como a fonte para a construção, no presente, de uma memória que ancore identidades e, principalmente, como um instrumento de poder. Mas o passado não pode ser visto como dotado de um estoque inesgotável, sujeito a qualquer apropriação. Ao contrário, existem limitações nesse uso do passado como recurso, dadas exatamente pela história dos acontecimentos. Ele compreende que o passado fornece um universo de significados que são disputados conflitivamente, não existindo, portanto, uma harmonia de versões (Appadurai, 1981, p. 202).

No presente, os grupos envolvidos nessa disputa pelo passado vão administrar esses significados, vão postular a condição de guardadores e organizadores dessa memória, pois isso tem um forte peso político. Metodologicamente, Appadurai sugere que o pesquisador faça uso de quatro dimensões para perceber que toda apropriação do passado está calcada em alguns aspectos formais, que seriam: *autoridade, continuidade, profundidade e interdependência*. O que o autor indica é que o universo simbólico do passado não é um manancial inesgotável para a construção de versões de memória e história; ao contrário, é, como sugere o título do artigo, um “recurso escasso”. Existem pontos de ancoragem que são fundamentais, que estão sedimentados pela própria historiografia, retomando aqui a idéia de *quadro de acontecimentos*. Não basta reler o passado conforme as pretensões do grupo em termos de presente, é preciso que haja vínculos entre essa pretensão e os vestígios materiais desse passado, para que tal versão se sustente. Nesse sentido, é preciso ter havido uma história. Dentre os acontecimentos do passado, os grupos irão buscar os símbolos que emprestem mais sentidos às suas necessidades do presente, mas esses símbolos não são ilimitados.



Também J. Peel (1984), analisando as concepções do passado no presente *Ijesha*, aponta para a relação dialética entre esses dois marcos temporais. Segundo o autor, metodologicamente, o pesquisador deve se perguntar como os grupos sociais, no presente, apropriam-se do passado, mas, principalmente, deve atentar para o porquê dessa apropriação. Que significados têm, no presente, determinadas concepções históricas, ou memórias coletivas? Peel (1984) também aponta, no decorrer de seu trabalho, a intrínseca relação entre as apropriações do passado e a construção de memórias com a posição política que os grupos querem ocupar dentro dos quadros sociais do presente. Guardar a memória é ser dotado de um conhecimento profundo, diferente do conhecimento superficial partilhado pelo homem comum. Conhecimentos sobre o passado conferem ao seu portador autoridade. Nessa busca de propriedade e autoridade sobre o tempo e sobre a própria sociedade *Ijesha*, é possível perceber como os agentes sociais conjugam concepções históricas de um tempo linear com outras de tempos cíclicos, onde, em uma estrutura, é possível apreender eventos significativos e reescrever a história e a memória a partir desses pontos. Peel (1984) empreende inclusive uma análise etimológica das palavras acionadas nesse trabalho de rememoração para demonstrar como há um forte componente de restauração, a presença constante de um refazer, pois, na própria acepção lingüística, a idéia de recuperar o passado evoca uma criação sobre ele. A presença de rupturas e continuidades na análise do passado pode ser percebida, portanto, como uma tentativa de, através de discursos construídos a partir de evocações distintas, oferecer uma versão memorial sobre o passado que atenda a demandas específicas do presente.

Essas possibilidades de apropriação do passado pela via do presente apontam para uma questão ainda maior: a construção de futuros possíveis. Assim, é no presente que a construção do passado é disputada como recurso para a construção de um futuro que responda às aspirações desse presente. Nesse sentido, parece pertinente pensar as estratégias de armazenamento e esquecimento do passado. A construção dos museus, centros de memória e institutos históricos como depositários de uma concepção e versão da memória são indicativos desse movimento. O que se guarda e armazena é o que se quer lembrar, pois o não mais visto tende ao esquecimento. Néstor Canclini (1998) aponta para essa necessidade de criar mitos e monumentos de preservação do passado como marcos fundamentais de construção de identidades, incluindo nesse processo os documentos escritos. Como disse Pierre Nora (1984), podemos perceber os museus, institutos históricos, casas de cultura, monumentos, entre outros, como *lugares de memória*, cuja função é exatamente manter ativo o pertencimento a determinado vínculo identificatório. Canclini afirma que “ter uma *identidade* seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma *entidade* em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos” (Canclini, 1998, p.190, grifos do autor).

Novamente voltamos à questão da *autenticidade*, já evocada por Appadurai (1981). Não é possível ancorar as representações do passado so-



mente em relatos orais; é preciso a marca da autenticidade para legitimar tais sentidos. Por isso, a intensa preocupação em erguer e preservar os *lugares de memória* (processo no qual a mídia ocupa um papel fundamental).

Há, como aponta M. Pollak (1992), um trabalho constante de “enquadramento da memória”. É preciso escolher o que vai ser lembrado e o que deve ser esquecido. Também Pollak reitera que “as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória” (1992, p. 204). Como Halbwachs, Pollak insiste no aspecto de construção da memória como uma estratégia de agentes e agências sociais para ancorar identidades, pois há, segundo o autor, uma “ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (1992, p. 204).

Partilhando de outras concepções já apontadas aqui, Pollak destaca a característica de disputa que cerca a concepção da memória e da identidade, “disputadas em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente com conflitos que opõem grupos políticos diversos” (1992, p. 205). Lembrar e esquecer são utilizados como estratégias políticas pelos grupos em disputa, como também aponta Ecléia Bosi (1987).

Portanto, a memória construída no presente, a partir de demandas dadas por este e não necessariamente pelo passado em si, pode ser pensada como fator fundamental para a construção de pertencimentos sociais, aos mais diversos níveis associativos. De certa forma, a busca do controle sobre a memória institui uma identidade para o agente social nela envolvido, no sentido de gerar um lugar dentro de uma rede específica de circularidade e fluxo. Então, em princípio, participar como agente nesse processo de construção de memórias é um processo comunicacional por excelência, pois coloca o emissor das mensagens dentro de uma rede de fluxos de informação que lhe confere identidade como participante dessa *rede*. Existe, portanto, uma intensa relação entre a *memória* como processo coletivo de construção do passado a partir de demandas do presente e a conferência de identidades sociais para aqueles que estão envolvidos em tal processo.

A construção da memória e as múltiplas identidades

Michael Pollak afirma que pensar a construção da *memória* só é possível quando relacionada diretamente ao tema da *identidade*. Pollak aponta que, na construção da *identidade*, é preciso levar-se em conta três elementos essenciais: a unidade física (novamente remetemos à idéia de lugar, ou seja, à concepção espacial,); a continuidade dentro do tempo (não só no sentido físico, mas moral e psicológico, como frisa o autor); e, finalmente, “o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados” (Pollak, 1992, p. 204).



Gilberto Velho (1994) vai acrescentar, às dimensões da *memória* e da *identidade*, a noção de *projeto*, tomando por base a definição de Alfred Schutz como uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (Schutz, 1979, in Velho, 1994, p. 101). Assim, como explica Velho: “se a *memória* permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o *projeto* é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia, na medida em que busca, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser atingidos” (Velho, 1994, p. 101).

Assim, se pensarmos a relação entre memória e identidade a partir de uma rede de agentes e agências sociais, como seus fluxos e interações, e não como uma realidade dada e naturalizada, mas com um processo de permanente construção e desconstrução, podemos perceber o quanto a *posição* dos agentes dentro dessa rede, ou seja, a construção de suas *memórias* e o estabelecimento de *projetos*, é claramente constitutiva de *identidades individuais e coletivas*. Tais *identidades* podem ser pensadas a partir dos indivíduos, a partir de suas *trajetórias* e *biografias* (como um mecanismo de ascensão ou prestígio), a partir das referências dos agentes como inseridos em posições específicas dentro da rede (ou como *identidades partilhadas*, do tipo *eu = nós*, ou como *identidades contrastivas*, no caso, *identidades locais/grupais*, do tipo *nós x eles*), ou a partir de uma referência que aproxime tais agentes em uma perspectiva encompassadora que sublima as diferenças a partir de interesses que se sobreponham (*identidades coletivas/sociais/regionais/nacionais* etc, do tipo *nós + eles = todos nós*). E todas essas possibilidades não são estáticas, mas fronteiriças e móveis, como discutiremos a seguir.

Dessa forma, não podemos pensar a construção da *identidade* como algo puramente individual ou coletivo, mas como uma permanente negociação entre indivíduo e sociedade. E, principalmente, não podemos tomar tal construção como algo estático ou pronto, mas entendê-la como um processo permanente de interação e fluxos (Barth, 1996, p.1-2). Ou seja, não podemos falar, quando pensamos em tal processo de construção, de uma só *identidade social*, ou *a identidade social*, mas sim na configuração de *múltiplas identidades*, por vezes convergentes, em outras divergentes, mas sempre fluidas e movendo-se a partir de fronteiras interativas. Passemos agora ao exame detalhado desses pontos.

Se quisermos definir, *a priori*, a categoria *identidade*, denotativamente poderíamos utilizar a acepção dada pelo dicionário: “Qualidade de idêntico”. Assim, embora o mesmo dicionário citado também defina identidade como “conjunto de caracteres próprios e exclusivos de uma pessoa: nome, idade, estado, profissão, sexo, defeitos físicos, impressões digitais, etc.”, a idéia inicial remete à perspectiva de se buscar algo em comum com o outro, e não somente aquilo que lhe é único. Portanto, se identidade remete a traços individuais, como os citados acima, naquilo que podemos chamar de *identidade individual*, em termos gerais, o que confere identidade a um indivíduo está atrelado à sua inserção social. Logo, não é possível pensar o conceito de *identidade* sem pensar a sua relação com *alteridade* (Oliveira, 1999, p. 23).

Embora identidade, em sua matriz etimológica, seja referente à *idem*, tornar comum, o mesmo, idêntico, é preciso levar em conta que só se define *o mesmo* em relação *ao outro*. *Identidade*, portanto, é, de saída, uma categoria transitiva que implica relação de semelhança e concomitantemente de diferença. Nesse sentido, a construção da *identidade*, em termos sociais, que podemos entender aqui como a maneira pela qual me vejo e desejo ser visto pelos outros, nunca será puramente individual (pela própria matriz etimológica de indivíduo, aquele que é único, que não se divide), mas sim pensada em relação ao coletivo (Goffman, 1978, p. 61-72). *Identidade*, portanto, na sua dimensão social, é um conceito que necessita do outro para ser referendado, ou seja, não se constrói *identidade* para si e por si. É preciso interagir para que ela faça sentido. Dessa forma, a idéia de *identidade* remete, necessariamente, aos *processos de interação* entre *indivíduos* numa *sociedade*.

Tal preocupação aparece claramente no trabalho de alguns autores que se voltaram para essa temática. Assim, Roberto Cardoso de Oliveira vai afirmar que “a noção de identidade contém duas dimensões: a pessoal (ou individual) e a social (ou coletiva)”. Apoiado pelos trabalhos de diversos outros antropólogos, ele vai afirmar que, na noção de identidade, “a pessoal e a social estão interconectadas, permitindo-nos tomá-las como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização” (Oliveira, 1976, p. 4). O que faria a ponte entre essas duas dimensões, a partir da contribuição da Psicologia, seria o domínio da identificação, que permitiria que indivíduos buscassem o partilhamento de uma *identidade* com outros com os quais se identificassem. Assim, “a apreensão dos mecanismos de identificação” seria fundamental “porque eles refletem a identidade *em processo*, como é assumida por indivíduos e grupos em diferentes situações concretas”. Mais ainda, ele afirma que “o conceito de identidade pessoal e social possui um conteúdo marcadamente reflexivo ou comunicativo, posto que supõe relações sociais tanto quanto um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações” (Oliveira, 1976, p. 5).

A idéia de que a *identidade* é processada em contextos, como operações comunicacionais, aparece colocada de outra forma, mas com intenção semelhante, no trabalho de Luiz Fernando Dias Duarte. Sua preocupação com a categoria de *identidade*, que, segundo ele, “perpassa o discurso da antropologia de maneira ao mesmo tempo viva e encoberta, central e implícita, ubíqua e ambígua” (1986, p.70), faz com que ele indique três focos para sua observação. O primeiro seria o da relação entre ‘identidade pessoal’ e ‘identidade social’. Assim, “sob este ângulo, a questão da *identidade* articula-se com os problemas da dicotomia indivíduo/sociedade e com seus diversos corolários, entre os quais o da moderna partilha entre os saberes ‘psicológicos’ e os saberes ‘sociológicos’” (1986, p. 71, grifo do autor). O segundo foco estaria ligado “à tradição filosófica do ‘princípio da identidade’, enquanto princípio da não-contradição paradigmaticamente formulado no postulado de Aristóteles segundo o qual ‘uma mesma coisa, sob a relação de um único e mesmo tempo, não pode ser e não ser’” (Oliveira, 1976, p. 71). O terceiro foco remeteria às noções de ‘classificação’ e ‘valor’, com as quais o autor vai trabalhar no decorrer do texto. Assim, de maneira breve, podemos perceber

que as identidades vão ser processadas na relação entre indivíduo e sociedade, especialmente a partir de lógicas hierarquizantes (e, nesse sentido, o autor faz remissões constantes à obra de L. Dumont) de classificação e valoração. Portanto, há uma dimensão social e moral na construção da *identidade*, o que implica o reconhecimento do outro. Assim, a identidade, que, na tradição aristotélica, se faria por exclusão da diferença, pode ser compreendida como um espaço também de *conflitos* e não só de *semelhanças*.

Tal idéia (a dimensão do conflito como fundadora da identidade) aparece na noção de *identidade contrastiva* proposta por Cardoso de Oliveira ao abordar as relações interétnicas. Assim, a identidade étnica seria forjada a partir de um sistema de “oposições” ou contrastes”. Dessa forma, busca-se não perder de vista o que traz a dimensão aristotélica da definição de *identidade* (aquilo que é idêntico, o mesmo) com uma abordagem que dê conta do que a configuração das identidades sociais traz em termos de conflitos e antagonismos. O idêntico e o oposto passam a ter pesos próximos ou similares na construção das identidades sociais.

Georg Simmel destacou, em seus trabalhos, o papel exercido pelo *conflito* na configuração da relação entre os grupos sociais. Segundo ele, o *conflito* tem relevância sociológica exatamente por causar ou modificar interesses grupais. Simmel critica as análises reducionistas que visam encontrar a unidade dos indivíduos e das sociedades, em que o conflito seria excluído como objeto de estudo. O autor destaca a impossibilidade de uma “pure unification” (Simmel, 1964, p. 15), demonstrando que unidade e contradição são constitutivos da pessoa, ou seja, todo indivíduo contém em si unidade e fragmentação, e isso se aplica para pensarmos sua inserção dentro de grupos sociais e da própria sociedade, bem como para pensarmos na própria. Portanto, a idéia de *conflito* tem de ser percebida em seu caráter dialético, pois se o conflito marca a dissociação entre indivíduos, também opera no campo associativo, gerando esferas de negociação e alianças. Logo, trabalhar com a dimensão do conflito permite uma operação que abarque a complexidade do processo de construção das identidades sociais, que seria “the result of both categories of interaction”, ou seja, tanto a unidade quanto a discordância (Simmel, 1964, p.15-16).

Assim, as *trajetórias* individuais – que conferem a esses indivíduos traços de *identidade pessoal* – são importantes na configuração da rede de interações sociais, criando alguns padrões *coletivos* de *identidade*. Podemos perceber, então, como a *memória* desses agentes, bem como os *projetos* elaborados por eles em termos de inserção pessoal e coletiva, são fundamentais para a construção de suas *identidades*. Como aponta Velho: “o *projeto* e a *memória* associam-se e articulam-se ao dar *significado* à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria *identidade*. Ou seja, na constituição da *identidade* social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a *memória* e o *projeto* individuais são amarras fundamentais” (Velho, 1994, p.101).

Utilizando a idéia de F. Barth (quando ele formula suas teorias acerca dos limites dos grupos étnicos) de que “o que importa é a manutenção de uma mesma forma organizacional, a qual prescreve um padrão unificado de interação entre os membros e os não membros daquele grupo”, João Pacheco

de Oliveira oferece uma reflexão acerca da percepção de como grupos étnicos mantêm suas identidades:

A única continuidade que talvez seja possível sustentar é aquela de, recuperando o processo histórico vivido por esse grupo, mostrar como ele refabricou constantemente sua unidade e diferença frente a outros grupos com os quais esteve em interação. A existência de algumas categorias nativas de auto-identificação, bem como de práticas interativas exclusivas, serve de algum modo para delimitar o grupo em relação a outros, ainda que varie substancialmente o conteúdo das categorias classificatórias e que a área específica de sociabilidade se modifique bastante, expandindo-se ou contraindo-se em diferentes contextos situacionais (Oliveira, 1999, p.171-173).

Nesse sentido, uma contribuição relevante para o que aqui se pretende apresentar pode ser o trabalho de Stuart Hall acerca dos mecanismos de construção de *identidades sociais e culturais* na Jamaica. Hall partilha a idéia de que a identidade não pode ser tomada de forma cristalizada, mas sim como um processo (Hall, 1990, p. 222). E propõe duas maneiras de se pensar a “identidade cultural”, que aqui tomo como referência para a identidade social. “The first position defines ‘cultural identity’ in terms of one, shared culture, a sort of collective ‘one true self’” (Hall, 1990, p. 223). Seria, então, uma construção de identidades por um partilhamento de interesses e visões. No entanto, existiria “a second, related but different view of cultural identity. This second position recognises that, as well as the many points of similarity, there are also critical points of deep and significant difference” (Hall, 1990, p. 225). Portanto, para o autor, é impossível pensar a construção das identidades como resultante somente de partilhamentos de pontos comuns, ou do estabelecimento de contrastes e oposições. A produção da *identidade*, enquanto processo, deve conter os dois *eixos* ou *vetores*, como ele mesmo chama. Nesse sentido, acredito que as propostas de Stuart Hall para pensar a situação dos grupos étnicos no Caribe podem ser utilizadas, com as devidas adaptações, para o contexto que procurei mapear na Baixada Fluminense (Enne, 2002).

Na configuração das redes sociais de memória e identidade, duas outras dimensões precisam ser levadas em conta: o saber e o poder. Há sempre um *saber* em disputa quando se configuram as redes de memória e identidade. E esse *saber*, objeto de *conflitos*, é revestido por um *status de verdade*, como indica Foucault. Portanto, a disputa por *saber* é reveladora de uma disputa por *poder*, pelo controle da informação, pela construção de uma versão que se sobreponha às demais e receba o *estatuto de verdade*, o que implica uma disputa pela própria posição social ocupada por esses agentes. Assim, Foucault vai afirmar que “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (Foucault, 1986, p. 12).

As estratégias percebidas como utilizadas pelos membros da rede podem ser entendidas como parte de uma estratégia maior, de *controle do saber* acerca da história, o que, em termos relacionais, geraria posições de poder para aqueles que a controlassem. Tais esferas de poder poderiam ser relacionadas, por exemplo, com conquistas individuais – como *ascensão social*, *pres-*

tígio (Weber, 1944, p. 669), “satisfação de vaidades” –, mas também com conquistas coletivas, como a penetração junto a outras esferas de poder – como os órgãos públicos, a imprensa e os “circuitos acadêmicos” –, ao reconhecimento público de um tipo de conhecimento que gera *distinção* social e permite um poder sobre os acervos e sobre a própria “verdade histórica”.

A luta pela memória e, portanto, pela configuração das identidades, é uma disputa pela narrativa e pelo discurso, em suma, pela posse da palavra. Nesse sentido, o trabalho de Pierre Bourdieu revela-se fundamental, como já indicado anteriormente. Ao definir *região* como um campo de disputas entre os detentores de um saber, Bourdieu aponta claramente como a *autoridade* sobre o mesmo designa uma *identidade* valorada, que servirá como signo de *distinção social*. Assim, “a distinção – no sentido corrente do termo – é a diferença inscrita na própria estrutura do espaço social percebida segundo as categorias apropriadas a essa estrutura” (Bourdieu, 1989, p.144). Por isso, ele associa a *distinção* ao *capital simbólico* – “outro nome da distinção” (Bourdieu, 1989, p.145) – que os agentes vão buscar no decorrer de suas disputas pela *autoridade*, remetendo, como já dito antes, à associação entre *identidade* e *hierarquia*. “Na luta simbólica pela produção do senso comum ou, mais precisamente, pelo monopólio da nomeação legítima como imposição oficial – isto é, explícita e pública – da visão legítima do mundo social, os agentes investem o capital simbólico que adquiriram nas lutas anteriores e sobretudo todo o poder que detêm sobre as taxionomias instituídas, como os títulos” (Bourdieu, 1989, p. 146).

Assim, Bourdieu aponta para o caráter *performativo* do *discurso* que forma *identidades*. Ou seja, o discurso é uma prática de *institucionalização*, de *objetivação da realidade*, mas que requer *autoridade* reconhecida para quem fala. O que estaria em jogo, portanto, “nas lutas pela identidade – esse ser percebido que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros” – seria a “imposição de percepções e de categorias de percepção” (Bourdieu, 1989, p. 116-117). Assim, o *discurso* passa a ocupar o lugar de arena para a disputa das *identidades*, posto central neste embate. Por isso, Foucault vai propor uma “genealogia dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto” (Foucault, 1986, p.7), pois percebe a disputa pelo *poder*, via discurso, como a disputa pelo *controle da verdade* (Foucault, 1986, p.13).

Nesse sentido, é importante percebermos a idéia de *ator posicionado* como fundamental nesse processo. Os diversos agentes anunciam seus discursos a partir de posições definidas, o que claramente direciona suas falas. Assim, para Foucault, “o que se deve levar em consideração no intelectual não é ‘o portador de valores universais’; ele é alguém que ocupa uma posição específica, mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossa sociedade”. Também Bourdieu vai indicar que “os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço” (Bourdieu, 1989, p.134).

A idéia de *posicionamento* é, portanto, fundamental para explicar as práticas discursivas dos agentes citados. Se todo discurso é resultado de uma *posição* ocupada pelos agentes no campo de disputas, então tais posições não são estáticas. Ao contrário, elas são *situacionais*, dependem do contexto em que os atores se apresentam. Utilizando a idéia proposta por F. Barth, as posições



ocupadas por esses agentes estão marcadas por interações sociais, cujos limites são fluidos. Assim, se são os discursos que configuram as identidades, como venho assinalando, e se os atores vão formular suas práticas discursivas a partir de posições, e, finalmente, se tais posições vão ser situacionais, dependendo dos contextos e interações nas quais tais atores estão inseridos, então as *identidades* também não são estáticas, substantivas, sendo modificadas de acordo com as situações de *interação social*. Portanto, utilizando a referência primordial de Barth, quando este formula sua teoria acerca dos limites de um grupo étnico (Barth, 1969), podemos tomá-la emprestada para pensarmos a construção de *identidades* em *sociedades complexas* e admitir que as *identidades* não estão ligadas a características indicadas *a priori* ou fixas, mas devem ser pensadas a partir de fronteiras móveis, em que as posições dos atores podem mudar de acordo com demandas e interações que se apresentem, não apenas fundadas na memória das interações, mas também em projetos.

Dessa forma, identidades podem ser construídas, como procuramos demonstrar, a partir de trajetórias individuais ou marcos coletivos, mas serão sempre sociais, pois implicam processos de alteridade. Podem ser postuladas, em termos sociais e/ou culturais, a partir do partilhamento de interesses diversos ou por processos excludentes, nas chamadas identidades contrastivas, dentro de relações do tipo “nós” e “eles”, por vezes complementares, noutras conflitantes. Porém, como as fronteiras constitutivas das identidades são fluidas, pois estão em permanente fluxo de interações sociais, as identidades são múltiplas por definição, independentemente do tempo ou espaço nos quais estejam inseridas. Os limites para a construção das identidades são fluidos e as relações “nós” x “eles” são dinâmicas e processuais.

Portanto, para além da dicotomia indivíduo *versus* sociedade, a questão da *identidade* precisa ser pensada como um processo constante de construção e desconstrução, em que os atores irão mudar seus *posicionamentos* e, conseqüentemente, suas práticas discursivas, dependendo das situações interativas (Duarte, 1985, p.300-301). Retomando a idéia proposta por U. Hannerz, há um constante *fluxo* de informações entre os agentes inseridos na *rede* que estou mapeando, e tais *fluxos* – tomados em sentido semelhante por Barth quando ele se refere às *correntes culturais* – vão modificando, no decorrer do processo, as construções referentes à *identidade* (Barth, 2000). Se, dessa forma, esse conceito está associado a uma noção de pertencimento e de exclusão, tais referências podem ser alteradas no decorrer dos *fluxos*.

Imprensa, memória e identidade social

No jogo de construção das identidades sociais contemporâneas, nesse movimento constante de fluxos e interações, a mídia ocupa um papel fundamental. Se compreendemos, a partir do que foi desenvolvido aqui, que a



memória é uma dimensão fundamental na constituição das identidades e que envolve práticas narrativas e gerenciamento do real através das práticas discursivas, a mídia é, por definição, lugar central desse processo.

No decorrer do século XX, a mídia, de uma forma geral, e o jornalismo especificamente, passaram por mudanças estruturais intensas. A idéia da objetividade passou a se tornar a referência fundamental nesse novo modelo de jornalismo. A opinião começou a ser depreciada exatamente por seu caráter subjetivo. A preocupação com a verdade dos fatos tornou-se uma obsessão. A função do jornalista passou a ser não a de opinar, mas a de informar para formar. Esse processo vai ser consolidado, de fato, a partir da década de 50, mas, sem dúvida, iniciou-se já no início do século (Ribeiro, 2000).

A própria instituição da reportagem é um indício do que falamos aqui (Hobsbawm, 1995, p.191). O repórter é a testemunha ocular, aquele que vai estar onde outros não estavam e se encarregará de levar o fato aos ausentes. O homem contemporâneo, que via no crescimento das cidades um motivo permanente de angústia exatamente pela perda de um controle sobre a realidade circundante, depositou sobre esse profissional, que estava surgindo com a missão de desempenhar o papel descrito acima, a credibilidade na exposição dos fatos. O jornalista, principalmente na função do repórter, passou a ser o olhar da própria sociedade, angustiada com a velocidade da modernidade, que o impedia de ver tudo o que estava acontecendo à sua volta. O surgimento desse novo profissional (agora um assalariado que vive para essa profissão, e não mais o escritor ou político diletante) trouxe a marca dessas transformações.

A *objetividade*, conjugada aos ideais da imparcialidade e da neutralidade valorativa, passou a ser exigência para a prática de um jornalismo “verdadeiro” e profissional. A própria concepção de fato e notícia são vitais nesse sentido. O fato seria o que empiricamente e não valorativamente seria apreendido da realidade. O jornalismo, sem dúvida, passou a ser encarado como uma apropriação exata do real, exatamente por seu compromisso com a “verdade”. A idéia de que estaríamos lidando com uma versão, um discurso construído sobre um real a ser apropriado, foi praticamente ignorada. Profissionais e público passaram a dividir essa concepção acerca do jornalismo sem maiores questionamentos. Segundo Marialva Barbosa, “o que o jornal procurava difundir era, sobretudo, uma realidade construída, mas apresentada como verídica. A imparcialidade do jornalismo era a meta maior a ser buscada, como também era a construção mais acabada de sua auto-imagem” (Barbosa, 1996, p.183).

Compromissado com a objetividade e com a verdade, o jornalista reportaria somente os fatos, e não suas opiniões sobre eles. A opinião, supostamente, passou a ser confinada em espaços delimitados e reconhecidos por todos, como os editoriais, as crônicas, os artigos de fundo e as cartas dos leitores. Além de reportar somente os fatos, o jornalista passou a ter o poder de classificá-los enquanto dignos de serem noticiados. Frente à sucessão de fatos que aconteciam na vida cotidiana e a ausência de espaço e tempo para registrar todos, coube ao profissional de jornalismo indicar quais deviam ser transformados em notícias e, portanto, expostos ao domínio de um público amplo.

Pierre Nora descreve com propriedade o papel dos meios de comunicação de massa na produção dos acontecimentos históricos contemporâneos. “Imprensa, rádio, imagens não agem apenas como meios dos quais os acontecimentos seriam relativamente independentes, mas como a própria condição de sua existência. A publicidade dá forma à sua própria produção” (Nora, 1988, p. 181).

Esse processo atingiu sua culminância na década de 1950, quando o jornalismo mundial passou por um processo de americanização, hibridizado com características típicas do processo midiático brasileiro. Em termos práticos, o que aconteceu foi a celebração dessas visões do jornalismo como sinônimo de verdade, imparcialidade e objetividade. Mudanças visíveis marcaram a linguagem e a forma dos jornais, por exemplo. O modelo do *lead*, em que o primeiro parágrafo deveria conter as principais informações da notícia (o que, onde, quando, quem, por que e como), efetivou-se como único possível. A idéia foi fazer com que o leitor, com pouco tempo disponível para a leitura de jornais diários, pudesse se informar somente com a leitura desses primeiros parágrafos. Além disso, a linguagem também devia primar pela objetividade, sem abusos estilísticos (figuras de linguagem mais rebuscadas são banidas), corte nos adjetivos (sinal de valoração e não de neutralidade) e ausência de narrativas em primeira pessoa. Em termos formais, houve uma nova concepção de diagramação. As imagens ganharam espaço, bem como os gráficos. A primeira página devia funcionar como um “cardápio de matérias”. Títulos e manchetes passaram a ser usados como chamativos para o leitor, não só com estratégias tipográficas (corpo e tipo variados, uso de cores diferenciadas, localização na página etc), mas pelo próprio esforço de serem um resumo prático do que vai ser lido no interior da matéria. Nas redações, iniciou-se um processo de descentralização, com a implementação do sistema de editorias. A idéia era modernizar o produto oferecido, para garantir mais leitores e concorrer com a televisão, então uma ameaça emergente.

Concomitantemente a esse esforço de transformar o jornal em um veículo portador da verdade e da objetividade, aquele capaz de ver e traduzir para o leitor a realidade não vivenciada experimentalmente por cada um, outros jornais trilharam caminhos diferentes. A idéia era apostar na espetacularização da notícia, no que seria batizado nos Estados Unidos de *yellow press* e rebatizado, no Brasil, de “imprensa marrom”. Esse ramo do jornalismo enfocou o caráter sensacionalista da notícia, buscando evidenciar os aspectos grotescos e/ou escatológicos da realidade. Devemos aqui, a partir de uma distinção proposta por Rabaça e Barbosa, perceber a diferença entre o apelo ao sensacional, aos sentidos sensoriais, que seria característico e inerente a qualquer produto da comunicação de massa, entre eles os jornais impressos, e o sensacionalismo enquanto estratégia persuasiva, enquanto apelo de matriz psicológica ao universo do grotesco, da sexualidade, das pulsões e da escatologia (Rabaça e Barbosa, 1987, p.531), como demonstra, por exemplo, Muniz Sodré (1972, p. 38).

Nesse sentido, houve um investimento por parte da imprensa sensacionalista em produzir matérias cujos conteúdos abordassem temas como a violência em suas mais diversas faces. Os *fait divers*, que trabalham, por um

lado, com a ambigüidade dos fatos, recurso midiático para chamar a atenção sobre o inusitado a partir de jogos de palavras e intenções mascaradas, e de outro, com a possibilidade de explorar os fatos como temas de diversão ou entretenimento, espetacularizando o noticiário, foram usados em larga escala, sendo que alguns jornais passaram a ter profissionais contratados exatamente para criar tais *faits*. Este tipo da imprensa forjou sua identificação com o público a partir da exploração sensacionalista (hoje largamente explorada em todos os ramos da mídia). Antônio Serra, em seu estudo sobre o jornal *O DIA*, demonstra como se estabeleceu, durante um certo período de sua história, “uma apropriação do *grotesco* e do *escatológico* por parte do jornal, que termina por naturalizar determinadas exclusões e preconceitos sociais” (Dejavite, 2001, p.18-20). Enquanto isso, a imprensa dita “séria” também estava forjando estratégias para, sem perder sua aura de objetividade, exercer um jornalismo opinativo disfarçado. O estilo “interpretativo” serviu perfeitamente a esse propósito.

Os pontos até aqui descritos apontam para um aspecto fundamental do jornalismo na sociedade contemporânea. Ele, de uma forma ou de outra das aqui narradas, apresenta-se como um formador de opinião, como um cristizador de visões acerca do real. Vários autores têm procurado demonstrar como os meios de comunicação de massa e, mais especificamente, os jornais, ocupam um lugar privilegiado como formadores e armazenadores da memória social. Nesse sentido, os jornais poderiam ser pensados como construtores e/ou legitimadores de *lugares de memória*, no sentido dado por Pierre Nora (Ribeiro, 1996). Mais precisamente: seriam eles, se não os *lugares de memória* (dadas as interpretações mais restritas do conceito), com certeza espaços privilegiados no arquivamento e produção da memória contemporânea. Assim, não há como não assinalar, nas sociedades contemporâneas, a intrínseca relação entre os discursos midiáticos e a produção da memória (ou como deseja Nora, uma memória que já não é memória espontânea, mas produzida). Marialva Barbosa procurou demonstrar de que forma o trabalho jornalístico pode ser pensado como trabalho de enquadramento da memória. Segundo a autora, “é preciso considerar, também, que o jornalista, ao selecionar fatos, relegar outros ao esquecimento, escolher a forma de sua narrativa e ao definir o lugar na página a ser ocupado pelo texto, dirigindo um olhar subjetivo sobre o acontecimento, mantém como essencial nesse trabalho a dialética lembrar e esquecer. Aos relatos que devem ser perenizados, imortalizados pela prisão da palavra escrita, contrapõem-se outros que devem ser relegados ao esquecimento” (Barbosa, 1996, p.156).

Portanto, se quisermos analisar de que forma os jornais, como produtos da comunicação de massa, são fundamentais na construção de memórias e identidades sociais na sociedade contemporânea, temos de entender como são construídas suas práticas discursivas. A idéia é pensar como, através da apropriação de um real já fragmentado, é possível construir uma visão, ainda que parcial, capaz de ser confundida com o próprio real (Velho, 1981, p. 26-29). É atributo do discurso jornalístico contemporâneo se postular o papel de remissor da verdade, testemunha do fato. No entanto, o que vemos é uma apropriação

deste real através de estratégias enunciativas, tanto verbais como não-verbais. Os discursos são formulados não só a partir do sujeito que fala, mas também na interação com o sujeito que recebe ou que se supõe que receberá.

Essa concepção remete à *polifonia*, associada ao *dialogismo* de que fala M. Bakhtin. As teorias multiculturalistas têm apontado para a mesma relação. Imaginar o discurso como dotado de um sentido único e portador de uma única voz é não concebê-lo como produto social, como *ação social*, no sentido proposto por Max Weber. Embora com diferentes perspectivas, as teorias do discurso, de forma geral, apontam para o caráter de construção social de todo discurso, sem esquecer os da mídia. Essas apropriações do real não são condutoras de significados por elas mesmas. São sistemas repletos de representações simbólicas que dependem, para sua interpretação, tanto do trabalho de ourives do produtor no sentido de codificá-la adequadamente, como das condições do receptor para interpretá-las. A interpretação, de certa forma, é o que dá sentido ao discurso, tanto quanto sua produção. Evidentemente, por se tratar de uma construção *dialógica*, em grande medida o discurso se ancora no real, na própria experiência dos receptores, o que direciona sua interpretação para os caminhos definidos pelo produtor da mensagem. Os imaginários sociais são construídos também porque há um processo dialético entre os emissores e os receptores.

Não podemos imaginar nem que os produtores do discurso tenham o poder soberano de produzir mensagens fechadas, que serão decodificadas de maneira uniforme por todos os receptores, nem que tais discursos não se ancoram em pressupostos comuns, muitas vezes de base ideológica, capazes de conduzir a interpretação. No entanto, não podemos perder de vista de que é nas relações de fronteira, nas situações de interação, que os discursos sociais são construídos e apropriados. Sem dúvida, as *identidades* sociais são forjadas, em larga medida, a partir dos discursos sociais, e a mídia desempenha papel central, como falamos aqui e procuraremos demonstrar. No entanto, as apropriações desses discursos são múltiplas, o que resulta, obviamente, em processos de identificação também múltiplos.

Podemos concluir, a partir dessas reflexões aqui apresentadas, que as categorias da memória e da identidade, intrinsecamente relacionadas dentro dos processos sociais contemporâneos, não podem ser tomadas separadamente ou de forma estática. Devem ser pensadas dentro de fluxos comunicacionais, como uma tessitura permanente realizada por agentes e agências, que constituem redes de interação social. Os diversos agentes envolvidos na produção das identidades sociais são sujeitos posicionados, que possuem suas demandas dadas pelas condições do presente. As memórias são narrativas sociais, práticas discursivas, empreendidas na tríplice mimese proposta por Paul Ricoeur. São tecidas nas arenas de disputas por saber e poder, são objeto de razão e paixão, são fronteiras móveis que servem ao presente, quando reelaboram o passado, mas também ao futuro, quando projetam o devir. Nesse jogo, os agentes ligados aos processos midiáticos exercem um papel fundamental, pela forte penetração de seus discursos e pela configuração de um senso comum avalizado pela categoria sancionada da objetividade.

Referências

- APPADURAI, A. 1981. The past as a scarce resource. *Man* (n.s), 16(2):201-219.
- BARBOSA, M. 1996. *Imprensa, poder e público*. Niterói, RJ. Tese de Doutorado em História, UFF.
- BARTH, F. 1966. *Models of social organization*. London, Royal Anthropological Institute Occasional Paper, 23.
- BARTH, F. 1969. Introduction. In: F. BARTH (org.), *Ethnic groups and boundaries: the social organization of cultural difference*. London, George Allen & Unwin.
- BERGSON, H. 1959. Matière et mémoire. In: H. BERGSON, *Oeuvres*. Paris, PUF.
- BARTH, F. 2000. A análise da cultura nas sociedades complexas. In: T. LASK (org.), *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro, Contracapa.
- BOSI, E. 1987. *Memória e sociedade*. São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp.
- BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa, Difel.
- CANCLINI, N. 1998. *Culturas híbridas*. São Paulo, Edusp.
- DEJAVITE, F.A. 2001. O poder do fait-divers no jornalismo: humor, espetáculo e emoção. In: M. BARBOSA (org.), *Estudos de Jornalismo* (I). Campo Grande, Intercom, p. 203-215.
- DUARTE, L.F.D. 1985. À volta da identidade (e do seu jogo fascinante). In: R.C. de OLIVEIRA (dir.), *Anuário Antropológico 85*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, p. 295-310.
- ENNE, A.L.S. 2002. *"Lugar, meu amigo, é minha Baixada": memória, representação social e identidade*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado em Antropologia pelo PPGAS/Museu Nacional/UFRJ.
- FOUCAULT, M. 1986. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- GOFFMAN, E. 1978. *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- HALBWACHS, M. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo, Vértice.
- HALL, S. 1990. Cultural Identity and diaspora. In: J. RUTHERFORD, *Identity. Community. Culture. Difference*. London, Lawrence & Wishart.
- HANNERZ, U. 1992. *Cultural complexity*. New York, Columbia University Press.
- HOBSBAWN, E. 1995. *Era dos extremos*. São Paulo, Cia. das Letras.
- NORA, P. 1984. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard.
- NORA, P. 1988. O retorno do fato. In: J. LE GOFF e P. NORA, *História: novos problemas*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- OLIVEIRA, J.P. de. 1999. *Ensaio em antropologia histórica*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ.
- OLIVEIRA, R.C. de. 1976. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira.
- PEEL, J.D.Y. 1984. Making History: the past in the Ijesha present. *Man* (n.s) 19:111-132.
- POLLACK, M. 1992. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10).
- RABAÇA, C.A. e BARBOSA, G. 1987. *Dicionário de comunicação*. São Paulo, Ática.
- RIBEIRO, A.P.G. 1996. *A história do seu tempo. A imprensa e a produção do sentido histórico*. Rio de Janeiro, RJ. Dissertação de Mestrado, ECO/UFRJ.
- RIBEIRO, A.P.G. 2000. *Imprensa e história do Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado em Comunicação, UFRJ.
- SIMMEL, G. 1964. *Conflict*. New York, The Free Press.
- VELHO, G. 1981. *Individualismo e cultura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- VELHO, G. 1994. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WEBER, M. 1944. *Economia y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica.